

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos da rua*. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo/CEDEC, 1981. 137 p.

João Hélio Mendonça *

São muitos milhões os menores abandonados no Brasil. Calcula-se em mais de vinte os milhões desses meninos. Mas o problema do menor abandonado e marginalizado é também responsabilidade de toda uma sociedade, pois ele incide na maior ofensa à dignidade da pessoa humana e por isto deve ser denunciado desde suas origens até as suas conseqüências. Resultado de uma pesquisa solidada pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo ao CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), *Meninos da rua*, de Rosa Maria Fischer Ferreira, é a mais completa pesquisa realizada no país sobre a marginalidade infantil na cidade grande. A pesquisa aborda a problemática do menor delinqüente em São Paulo, buscando penetrar na ótica do próprio menor, isto é, como ele entende e percebe a realidade, seus valores, expectativas e as estratégias de sobrevivência numa sociedade onde eles são excluídos e marginalizados. O trabalho também presupõe um envolvimento ou um compromisso do pesquisador com o objeto pesquisado, pois o objetivo é chegar a instrumentos que subsidiem alternativas e ações posteriores.

O problema do menor abandonado, pela sua gravidade, enquadra-se naqueles de situações-limite da existência humana, pois aí é a própria sobrevivência que está em questão. Mesmo assim, ainda existe muito pouco conhecimento sistematizado (publicações, pesquisas sociais fidedignas) sobre o assunto no país e por isto a pesquisa optou por dados de natureza qualitativa mais do que quantitativa. Na fase de operacionalização, decidiu-se pelo desenvolvimento da pesquisa enfocando lugares e situações onde era verificada a freqüência regular ou intensa de menores marginalizados, sem a preocupação de classificá-los de acordo com conceitos jurídicos ou teóricos, pois esses sempre apresentam definições obscuras e imprecisas. É prática de vida entre os menores não pensar muito, não se deter com profundidade sobre cada uma das múltiplas ocorrências de suas vidas intensas. O imediatismo caracteriza suas vivências. Nas ruas e nos cruzamentos onde eles preferencialmente se localizam, o raciocínio deve ser certo e rápido e não há tempo para decisões planejadas, visto que tudo que lhes ocorre é também rápido e imprevisível. A desconfiança, em relação a tudo e todos, está muito interiorizada nessas crianças porque sua experiência de situações inseguras, imprevistas e dolorosas, ocorre sempre. E, embora não seja de hoje o problema do menor marginalizado, este só adquiriu relevância para o governo, recentemente, em razão da ação desses menores ter passado a ameaçar a ordem instituída, causando intranqüilidade e preocupação. Vê-se que foi a delinqüência que incomodou, e não a marginalização. Para a população em geral, esses menores são estigmatizados. Eles representam o pânico, o perigo e a violência. São também estigmatiza-

* Antropólogo do Depto. de Antropologia do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

dos pelos meios de comunicação que os apresentam sempre com as mesmas imagens, acrescidas ainda do sensacionalismo.

Nunca se cogita ou pensa que a marginalização do menor deve ser estabelecida em função do pauperismo, da pequena oferta de empregos, da baixa remuneração salarial, da perda do poder aquisitivo do salário do trabalhador, do rebaixamento do padrão de qualidade de vida de suas famílias ou de toda uma conjuntura sócio-econômica. Note-se o incremento acentuado da marginalização em São Paulo nos últimos tempos, atingindo setores e grupos que dantes se localizaram na base da pirâmide sócio-econômica e não eram assim classificados. "É possível imaginar que muitos assalariados estão vivendo as condições de marginalização social, que o sistema atribui como própria apenas dos indivíduos incapazes de participar das relações de produção vigentes, mas que, como se vê, estão categorizados como capacitados e inseridos nessas relações" assinala o livro. Vem sendo crescente o empobrecimento generalizado e a marginalidade em São Paulo, sobretudo das classes populares. Intensifica-se a favelização de trabalhadores e até de funcionários públicos. Sabe-se que as regiões caracterizadas por maior crescimento industrial e urbano tendem a apresentar quadros percentuais maiores de população marginalizada. Assim, na Grande São Paulo, cerca de 29 por cento da população total é marginalizada; em Campinas cerca de 28 por cento e em Ribeirão Preto cerca de 25 por cento. E é neste quadro macroestrutural que crianças e adolescentes carregam o fardo de se responsabilizarem por uma parte apreciável da renda familiar para garantia da subsistência do grupo.

Os meninos são também estudados quanto às suas relações familiares. Aí as famílias vivem em situação-limite e, para atenderem suas necessidades básicas de sobrevivência, elas se estruturam com papéis e funções que articulam estratégias para solução de problemas como o morar, o consumir e o relacionar-se. Existe, amiúde, troca de papéis entre o grupo familiar na apreensão das oportunidades. As crianças ou jovens infratores apreendem muito cedo a noção do seu posicionamento social e das alternativas de ação que lhes competem assumir e aí passam a influenciar o processo socializador dos adultos, ao invés de apenas serem moldados pelos padrões que estes lhes oferecem. As crianças, muitas vezes, têm papel preponderante e até superior quanto à contribuição para manutenção do grupo familiar. O pai não é considerado o principal provedor da casa porque o importante é o somatório do esforço de todos. Ele perde seu componente de autoridade e poder. A mulher assume papel importante na família marginalizada porque é sempre em torno dela que se mantém o grupo familiar. Mesmo nos casais em que a união é estável, observa-se a predominância da mulher, porque ela se mantém em contacto direto com os filhos, o que lhe permite exercer sua autoridade e controle, e também porque a insignificância da função provedora do marido coloca-se sob a direção da mulher que recebe e administra os rendi-

mentos trazidos por todos os membros da família. Não existe, por parte dos meninos de rua e de suas famílias a percepção de como a exclusão sócio-econômica de que são vítimas é determinante. Por isto, justificam sua situação de extrema carência por fatores de índole pessoal como relaxamento, falta de competência, vícios, etc. Embora ocorra a desagregação das famílias, não se pode dizer que este comportamento seja característico das camadas marginalizadas, nem tampouco determinante da delinqüência. Faz parte da estigmatização de que é vítima o pobre, a idéia de que suas famílias são sempre desagregadas. A pesquisa constatou que é grande a freqüência de famílias organizadas.

A eterna experiência da insegurança, vivenciada pelos meninos de rua nos confrontos com a polícia e com os concorrentes, faz com que muitos deles se identifiquem com o aparato repressor e, deste modo, as carreiras militares e policiais aparecem como solução ideal, porque garantem a sobrevivência num esquema de vida que lhes é perceptível. A escola oferece a essas crianças um discurso que nada tem a ver com o dia-a-dia e as cartilhas de alfabetização trazem propostas ingênuas para esses meninos "amadurecidos". Seus projetos de vida são sempre imediatos. Eles não usufruem de um universo valor ativo opcional que lhes permita elaborar projetos para o futuro, uma vez que estão sempre comprometidos e marcados pela posição social que são obrigados a assumir desde o nascimento. É que seu gênero de vida determina comportamentos que tendem a evitar horizontes muito longínquos. O livro também faz a análise de algumas histórias de vida, indicando modo de viver, trajetórias, múltiplos relacionamentos e famílias.

O CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), órgão realizador da pesquisa, constitui-se de um grupo de pesquisadores de São Paulo associados no esforço comum de ampliar o conhecimento sobre as classes populares no País. Com a coordenação de Rosa Maria Fischer Ferreira, esta pesquisa, além de oferecer valioso material sobre a forma de vida desses meninos, imprime também um posicionamento de ação diante desta grave realidade da sociedade brasileira.

LAMPHERE, Louise & ROSALDO, Milchelle Zimbalist (orgs.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Trad. de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979, 254 p.

Sebastião Vila Nova *

Apesar de sua ostensiva e, por isto mesmo, suspeita assepsia moral, as Ciências Sociais jamais se limitaram ao ideal da condição de puro conhecimento

* Diretor do Depto. de Sociologia do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco